

COMBATE AO CRIME

Jungmann: novas operações militares ocorrerão em breve

De acordo com o ministro da Defesa, integrantes da Força Nacional e da Polícia Rodoviária Federal foram deslocados para o Arco Metropolitano

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse que novas operações das Forças Armadas devem ocorrer em breve no Rio de Janeiro, com o gerenciamento dos órgãos de inteligência, como continuidade das ações integradas de segurança no estado.

“Muito em breve vocês verão uma sequência de operações que efetivamente deverão ocorrer”, disse o ministro, que comentou casos recentes de violência urbana na cidade e voltou a afirmar que as Forças Armadas atuarão em apoio às polícias.

Na manhã de sexta-feira, policiais militares que tentavam recuperar a carga roubada de um caminhão dos Correios trocaram tiros com criminosos em uma favela no bairro de Engenho Novo. O policiamento foi reforçado na área.

“Nós não fazemos mágica. O Rio de Janeiro não chegou onde chegou nos últimos meses, nos últimos tempos, chegou em décadas. E exigir ou pensar que uma intervenção pela presença física das Forças Armadas vai eliminar problemas como esse, não, de jeito algum. Nunca prometemos isso. Seria mentiroso, seria uma farsa se dis-

séssemos que iríamos mudar do dia para a noite”, disse o ministro, que afirmou que integrantes da Força Nacional e da Polícia Rodoviária Federal foram deslocados para reforçar o patrulhamento de áreas do Arco Metropolitano, na Baixada Fluminense, onde há registros de roubos de carga.

Jungmann destacou que o apoio da sociedade é fundamental para que a operação tenha sucesso e afirmou que as ações vão continuar. “É a continuidade desse esforço, com o apoio da sociedade, que é decisivo, que vai fazer com que mude essa situação do Rio de Janeiro, que levou décadas para chegar onde está”, disse. “Colocar de um lado a operação que foi feita e de outro a ocorrência de um ilícito e dizer que nada está funcionando, que nada mudou, não é justo e tampouco é razoável.”

Ele disse ainda que o governo brasileiro se reunirá com representantes da Bolívia e do Peru nas próximas semanas para estabelecer acordos bilaterais de inteligência e defesa para combater organizações criminosas que atuam nas fronteiras com esses dois países. As informações foram apresentadas por Jungmann a deputados federais da ban-

cada do Rio de Janeiro, entre eles, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

O encontro com as autoridades peruanas deve ocorrer no dia 11, em Tabatinga (AM), e nos dias 16 e 17 será a vez da reunião com representantes do governo boliviano, em La Paz. Ao longo do ano, reuniões do mesmo tipo foram realizadas com países do Cone Sul e com a Colômbia.

“Temos uma ação conjunta desenvolvida com o Ministério das Relações Exteriores com esses países, criando acordos operacionais em termos de inteligência, defesa e forças policiais para o combate a esses crimes transnacionais”, disse o ministro.

Jungmann e representantes das Forças Armadas apresentaram aos parlamentares ações que vêm sendo realizadas nas fronteiras para combater crimes como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. O ministro explicou que as ações estão relacionadas ao combate à criminalidade em centros como o Rio de Janeiro, que é o destino de armas e drogas que atravessam ilegalmente a fronteira.

“O nosso objetivo é reduzir a capacidade operacional e golpear o crime. Para isso, tem

que dismantlar os arsenais, chegar ao comando das quadri-lhas e sufocar, retirar a capacidade financeira, o dinheiro. É isso que muda”, reforçou o ministro em entrevista coletiva a jornalistas após a apresentação.

Os militares apresentaram o projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), que está em desenvolvimento para aumentar a capacidade de vigilância e tomada de decisões na região da fronteira. O projeto está sendo desenvolvido pelo Exército como piloto na fronteira com o Paraguai, mas o objetivo é expandi-lo em 2019.

Também foram apresentados resultados da Operação Ágata, que une as três forças e outros órgãos no monitoramento da faixa de fronteira de todo o território nacional. Em 2017, 11 mil agentes participaram da operação, que apreendeu cerca de R\$ 27 milhões em produtos ilícitos.

A Operação Ostium, por sua vez, estabeleceu rotas de entrada e saída de tráfego aéreo nas fronteiras do país desde março, reduzindo em 75% o número de voos descolados. Nesse período, 153 interceptações foram realizadas.

DECISÃO DE JUIZ

Justiça cede veículos blindados apreendidos para órgãos de segurança

O juiz titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, Marcelo Bretas, responsável pelas investigações do braço da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, expediu ofício na sexta-feira ao secretário de Segurança Pública do Rio, Roberto Sá, informando que há, num galpão da Transportadora Trans-Expert – Vigilância e Transporte de Valores, em Santo Cristo, zona portuária do Rio, 46 veículos blindados da empresa à disposição e que podem ser utilizados pelos órgãos de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

A secretaria poderá visualizar os veículos e informar à Justiça, com a maior brevidade possível, quais pretende utilizar, identificando-os. Bretas pede, ainda, que sejam informados os veículos sobre os quais há interesse da Secretaria de Segurança, com a avaliação, registrando-se o estado em que se encontra cada veículo, inclusive com fotografias.

No início de junho último, o delegado Vinicius Ferreira Domingos, titular da Delegacia de Combate às Drogas, pediu

ao juiz Marcelo Bretas, que dez veículos blindados da empresa Trans-Expert ficassem como patrimônio para o estado. Na solicitação, o delegado alega que o governo se encontra em grave crise financeira e que as operações da delegacia especializada contra o tráfico de drogas são feitas em comunicações com alto poder de fogo.

De acordo com investigações da força-tarefa da Operação Lava Jato, o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e seu grupo contavam com um “banco paralelo” para movimentar o dinheiro da corrupção. Esse papel era desempenhado pela transportadora Trans-Expert Vigilância e Transporte de Valores, que tinha um cofre usado para guardar e distribuir o dinheiro do grupo.

Os blindados foram apreendidos durante a Operação Ponto Final, desencadeada em julho, que teve por objetivo desarticular organização criminosa que atuava no setor de transportes do Rio e prendeu empresários do setor acusados de desvios de cerca de R\$ 500 milhões.

PARQUE OLÍMPICO

Arena Carioca 2 deve ser reformada até o mês de novembro, afirma AGLO

A Arena Carioca 2 do Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro, será totalmente reformada até novembro deste ano, para se transformar em centro de treinamento poliesportivo. A afirmação foi feita na sexta-feira pelo presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), Paulo Márcio Mello.

A arena foi palco das competições de judô, esgrima, luta greco-romana e luta livre nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e de bocha nos Jogos Paralímpicos. Das quatro arenas do Parque Olímpico sob gestão da AGLO, foi a única que não recebeu nenhum evento.

Segundo Mello, a Arena 2 será alugada em setembro, junto com a Arena 1, para os eventos ComicCon Experience e Game XP, que acontecerão paralelamente ao Rock in Rio no próximo mês.

“O dinheiro que vamos arrecadar pela locação desse espaço será inteiramente voltado para o aperfeiçoamento da Arena 2, que será o treinamento. Não quero dinheiro na minha conta (da AGLO). Quero dinheiro transformado em benfeitorias para o legado”, disse.

De acordo com Mello, a AGLO já firmou acordos com as confederações Olímpica (COB) e Paralímpica brasileiras (CPB), além da Confederação Brasileira de Clubes, para que as arenas sejam utilizadas em treinamentos e preparações de atletas de alto rendimento. A Arena 2 poderá ser usada para vários esportes, como judô, lutas, badminton, esgrima e ginástica.

Também já foi firmado um acordo com a Federação de Ciclismo do Rio de Janeiro para uso do Velódromo como centro de treinamento para as modalidades de ciclismo de pista. Os atletas estão treinando no local às terças, quintas e sábados. No entanto, os treinamentos precisaram ser interrompidos devido ao incêndio que destruiu o teto da arena no último final de semana.

Além do uso das arenas para treinamento de esportes de alto rendimento, a AGLO está apostando também em eventos. Segundo informação da AGLO, nove eventos já foram realizados em suas arenas no Parque Olímpico e 17 já estão confirmados. Outros 40 estão para se confirmarem, de acordo com Mello.

Já na área de Deodoro, onde

a AGLO administra, junto com o Exército, cinco arenas, foram mais de 40 eventos realizados neste ano. Em evento sobre legado olímpico na sexta-feira na Universidade Santa Úrsula, Mello negou que as arenas tivessem sido abandonadas depois dos jogos e que foram necessários cinco meses, entre setembro de 2016 e fevereiro deste ano, para que as instalações provisórias, como as arquibancadas temporárias, fossem retiradas das arenas.

Por isso, os primeiros eventos pós-Jogos só foram realizados a partir de fevereiro e março nas arenas sob gestão da AGLO. Apesar disso, ele criticou o fato das autoridades não terem feito um plano de legado há mais tempo. Segundo ele, o primeiro plano só foi feito no primeiro semestre de 2016, pouco antes dos Jogos.

Para o presidente da AGLO, houve um erro, por exemplo, ao apostar todas as fichas em parcerias público-privadas. “Não fizeram um plano B. Hoje me vejo numa situação de lutar contra o tempo. O que eu construí até agora poderia estar muito melhor e muito mais bem aperfeiçoado se tivessem tido, lá atrás, a responsabilidade de criar um plano de legado mais consistente”, disse Mello.

Segundo Mello, a AGLO foi criada, em março deste ano, justamente porque a prefeitura do Rio de Janeiro, que inicialmente teria responsabilidade por todo o Parque Olímpico, não conseguiu firmar parcerias público-privadas para a maioria das arenas e, por isso, passou as Arenas 1 e 2, Velódromo e Centro de Tênis para a União.

A versão mais recente da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, divulgada em junho deste ano, mostrou que foram gastos R\$ 7,2 bilhões com o evento. Para a manutenção do legado esportivo da AGLO, o orçamento deste ano é de R\$ 45 milhões.

De acordo com o presidente da AGLO, a prestação de contas dos Jogos já foi entregue aos órgãos de controle externo. “Elas estão sendo analisadas pelos órgãos de controle externo e qualquer questionamento que venha ser feito à AGLO, vamos obter as informações e prestar a esses órgãos”, disse.

BTG PACTUAL PARTICIPATIONS LTD.
(a “Companhia”)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam os acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da BTG Pactual Participations Ltd., uma companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda (“Companhia”) a ser realizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP 22.250-040, Brasil, em 6 de setembro de 2017, às 11 horas, com o seguinte propósito: **AGENDA.** 1. Ratificar a alteração da denominação social da (i) Companhia para “PPLA Participations Ltd.”; e (ii) BTG Investments L.P. para “PPLA Investments L.P.”; 2. Ratificar o grupamento da totalidade das ações Classe A e Classe B de emissão da Companhia, na proporção de 9 (nove) ações Classe A para 1 (uma) ação Classe B e na proporção de 9 (nove) ações Classe B para 1 (uma) ação Classe A, conforme Proposta da Administração da Companhia, em atendimento ao item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários e do Manual do Emissor. 3. Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de (i) adequar a denominação social da Companhia prevista no item 1 acima, e (ii) refletir o número de ações de emissão da Companhia em decorrência do grupamento de ações descrito no item 2 acima, na forma descrita na Proposta de Administração a ser apresentada pela Companhia nesta mesma data e disponível no website da Companhia (www.btgpactual.com/ri). 4. Ratificar a substituição do auditor independente da Companhia da Ernst Young, Bermuda para Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes, com mandato até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas, em função da rotação mandatária dos auditores independentes. **Instruções Gerais:** A Assembleia Geral Extraordinária será no idioma português. As informações a respeito da proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia estão disponíveis na Proposta da Administração que se encontra no endereço da Companhia na internet www.btgpactual.com/ri. Os titulares de BDRs (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC ao final do dia 23 de agosto de 2017 terão o direito de instruir o agente depositário, Banco Bradesco S.A., até 30 de agosto de 2017, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP 06029-900 – Aos cuidados do Departamento de Ações e Custódia (*Custody and Registrar Department*), a exercer o direito de voto em relação a sua participação. 7 de agosto de 2017. Por ordem do Conselho de Administração da **BTG Pactual Participations Ltd.** Marcelo Kalim.

Light CNPJ/MF Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 33.300.263.16-1 - Companhia Aberta **LIQ3 MERCADO**

FATO RELEVANTE

A Light S.A. (“Light”), em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Renova Energia S.A., empresa na qual a Light Energia S.A., subsidiária integral da Light, participa do bloco de controle, divulgou, em 02 de agosto de 2017, o seguinte Fato Relevante: “A Renova Energia S.A. (RNEW11) (“Renova” ou “Companhia”), em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 13 de janeiro e 18 de abril de 2017, que, na presente data, concluiu a venda para a AES Tietê Energia (“AES Tietê”) da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica”), do Complexo Eólico Alto Sertão II (“Complexo”). O valor base da transação foi de R\$ 600 milhões (“Preço de Aquisição”) e a AES Tietê assumiu também a dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no valor de R\$ 1.150 milhões (valor da dívida em 31 de dezembro de 2016). O Preço de Aquisição será ainda ajustado com base em determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$ 100 milhões sob a forma de earn out, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação. Parcela do valor recebido como Preço de Aquisição, no montante de R\$364,6 milhões, foi destinada para Amortização Extraordinária das debêntures objeto da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia com pagamento integral do respectivo saldo devedor de principal e juros remuneratórios devidos pela Companhia no âmbito de referida emissão. Esta transação reforça o compromisso da Companhia em restabelecer a sua estabilidade financeira e garantir a sua sustentabilidade no longo prazo.”

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2017.
Fábio Amorim da Rocha
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores

CEDAE GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 005/2016-ASL-1.1

Objeto: “ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA ETA NOVO GUANDU.”

A Assessoria de Licitações comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 3 ao edital.

CEDAE GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: CN Nº 004/2016-ASL-1.1

Objeto: “CONTRATAÇÃO DO GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE.”

A Assessoria de Licitações comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 6 ao edital.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
1ª REGIÃO - CORECON-RJ
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/17
PROCESSO Nº 152/17

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região - Co.R.Econ-RJ, está promovendo licitação cujo objeto é a contratação de empresa especializada em fretamento de ônibus executivo para viagem interestadual, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, que poderão ser obtidos no website: www.corecon-rj.org.br. Os envelopes deverão ser entregues à Comissão de Licitação às 11:00h do dia 22/08/2017, quando dar-se-á a abertura do certame.

SIDNEY PASCOUTTO DA ROCHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2017

SOCINPRO - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS INTELECTUAIS
CNPJ Nº 33.748.146/0001-79

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores associados a comparecerem à sede da SOCINPRO, na Avenida Presidente Wilson, nº 210, 9º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 2017, às 14h30 em primeira e 15h30 em segunda convocação, para nos termos dos artigos 22 e 24 do Estatuto Social, participarem da REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL: 1) Decidir sobre alterações dos Artigos 39, 40 e 41 do Estatuto Social (poderes para o exercício de atos de gestão pela Diretoria Executiva, pelo Superintendente Executivo e Procuradores da Entidade de modo a se adequar a procedimentos bancários). Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2017. **Jorge de Souza Costa** - Diretor-Geral.